



Os chineses na paisagem carioca através do olhar dos viajantes e dos cronistas

Andréa Casa Nova Maia*
Luciene Pereira Carris Cardoso**

Nunca frequentou os chins das ruas da cidade velha, nunca conversou com essas caras de cor de goma que param detrás do necrotério e são perseguidas, a pedrada, pelos ciganos exploradores? Os senhores não conhecem esta grande cidade que Estácio de Sá defendeu um dia dos franceses.

(RIO, [1908] 1995, p. 103-104)

RESUMO

O artigo explora a contribuição de viajantes estrangeiros, como Johan Baptiste Von Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius, Johann Rugendas, Maria Graham, John Luccock, Ernest Ebel, Carlos Taunay e literatos como Machado de Assis e João do Rio, na formação de um imaginário sobre os chineses no Rio de Janeiro ao longo dos Oitocentos e no alvorecer do século XX. Além de abordar os relatos de viagem desses observadores e cronistas, o estudo também investiga o papel desempenhado pela *Revista Ilustrada*. Frequentemente estigmatizados no Ocidente, os chineses eram retratados de forma estereotipada, variando de exóticos a dependentes de ópio, bárbaros e até preguiçosos. No Brasil, essa representação entrava em conflito com o ideal de civilização e progresso, cujo paradigma era europeu, branco, católico e civilizado. No contexto dos estudos pós-coloniais de Edward Said em *Orientalismo*, é evidenciada a relação de poder que hierarquiza as culturas, destacando o Oriente como irracional e o Ocidente como racional e virtuoso.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; chineses; história; revistas ilustradas; viajantes europeus

* Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: andreacn.bh@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0271-7649>.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: lucienecarris@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1706-3425>.

The Chinese in the Carioca Landscape Through the Eyes of Travelers and Chroniclers

ABSTRACT

The article explores the role of foreign travelers, such as Johan Baptiste Von Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius, Johann Rugendas, Maria Graham, John Luccock, Ernest Ebel, and Carlos Taunay; writers, such as Machado de Assis and João do Rio; and the magazine *Revista Ilustrada* in shaping an imaginary perception of Chinese people in Rio de Janeiro during the nineteenth and early twentieth centuries. Often stigmatized in the West, Chinese people were portrayed in a stereotypical manner, ranging from exotic to opium-dependent, barbaric, and even lazy. In Brazil, such characteristics clashed with the ideal of civilization and progress, whose paradigm was European, white, Catholic, and civilized. In the context of Edward Said's post-colonial studies in *Orientalism*, the article highlights the power relationship that hierarchizes cultures, emphasizing the East as irrational and the West as rational and virtuous.

Keywords: Rio de Janeiro; Chinese; History; Illustrated Magazines; European Travelers

Los chinos en el paisaje carioca a través de la mirada de viajeros y cronistas

RESUMEN

El artículo explora la contribución de viajantes extranjeros, como Johan Baptiste Von Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius, Johann Rugendas, Maria Graham, John Luccock, Ernest Ebel, Carlos Taunay y literatos como Machado de Assis y João do Rio, en la formación de un imaginario sobre los chinos en Río de Janeiro a lo largo del siglo XIX y principios del siglo XX. Además de abordar los relatos de los viajes de esos observadores y cronistas, el estudio también investiga el papel desempeñado por la *Revista Ilustrada*. Frecuentemente estigmatizados en Occidente, los chinos eran retratados de forma padronizada, variando de exóticos a dependientes del opio, bárbaros y hasta perezosos. En Brasil, esta representación estaba en conflicto con el ideal de civilización y progreso, cuyo paradigma era europeo, blanco, católico y civilizado. En el contexto de los estudios poscoloniales de Edward Said en *Orientalismo*, queda evidenciada la relación de poder que jerarquiza las culturas, destacando el Oriente como irracional y el Occidente como racional y virtuoso.

Palabras Clave: Río de Janeiro; chinos; historia; revistas ilustradas; viajeros europeos

Introdução

Um dos capítulos da história brasileira, que oferece possibilidades de estudo, principalmente em se tratando da cidade do Rio de Janeiro, é o da presença dos chineses que vieram cultivar chá no Rio de Janeiro e que foram percebidos pelo olhar curioso da população e atento dos cronistas brasileiros e viajantes estrangeiros. Estes últimos, detalhadamente, tratavam de qualificar, hierarquizar e, principalmente, descrever esta tão distinta presença chinesa. Os chineses, sem dúvida, trouxeram modificações à paisagem natural e cultural carioca, influenciando em vários aspectos o trabalho agrícola e deixando marcas peculiares nos lugares por onde passaram, pois, como nos revela João do Rio (1908) se transformaram nos grandes fornecedores de ópio da cidade, além de criarem casas para o consumo carioca na região da Misericórdia, nas franjas do Morro do Castelo, região onde hoje está um dos últimos vestígios da Colina Sagrada, o trecho inicial da Ladeira da Misericórdia.

Ao que tudo indica, coube ao mercador, diplomata e explorador veneziano Marco Polo difundir, depois de uma longa viagem ao Oriente durante o século XIII, um imaginário exótico sobre a China, um mundo até então distante e desconhecido¹. Quando retornou para a sua terra pátria, escreveu *As viagens de Marco Polo* sobre as suas aventuras pela China, que até os dias de hoje encantam devido aos curiosos relatos, com destaque especial para a Rota da Seda e para uma versão primitiva de dinheiro como conhecemos. O comércio exerceu uma importante relação entre Oriente e Ocidente baseada na extravagância e no luxo. Há quem questione a sua existência e a sua viagem à China como a historiadora inglesa Francis Wood (1997).

As aproximações entre o Ocidente e o Oriente se tornam significativas quando observamos as contribuições dos chineses à cultura ocidental e ao nosso cotidiano. Entre as diversas inovações há o trato da irrigação para a agricultura; na engenharia, as pontes e os canais navegáveis; outras criações haveriam de ser adotadas no Ocidente como a fundição do ferro, bronze e do aço; a bússola, o balão; a fição; energia hidráulica; a porcelana; o espelho; a cerveja; o fósforo; o jogo de xadrez, as pipas que eram armas de estratégia de guerras; além das descobertas na matemática e na medicina, entre tantas outras.

Atualmente, Brasil e China mantêm uma relação construída ao longo do tempo, e desde 2009 são importantes parceiros comerciais e integram os BRICs, o agrupamento de países emergentes ao lado da Rússia, Índia e África do Sul. Contudo, com o caso da pandemia de Covid-19, que surgiu no final de 2019, e com os primeiros casos surgindo na cidade chinesa de Wuhan, a tensão e a controvérsia emergiram, difundindo-se até acusações infundadas de que se tratava de uma arma biológica, o que incitou animosidades que

¹ Cabe destacar que a relação e o contato entre Europa e China ocorreram antes mesmo da viagem de Marco Polo, um processo que já ocorria há séculos. Ademais, o navegante não foi o único no mesmo contexto a viajar para a China, outros viajantes também empreenderam expedições em direção ao Oriente.

ainda reverberam na política internacional. Como consequência, as relações entre os países e o sistema internacional foram abaladas, dando lugar, até mesmo, a representações e demonstrações de preconceitos contra a China e os chineses.

Como veremos a seguir, o presente ensaio busca compreender os diferentes olhares sobre os chineses no Brasil disseminados nas obras de viajantes estrangeiros, cronistas brasileiros e da *Revista Ilustrada* por meio de suas caricaturas. Neste rol, podemos elencar Johann Baptiste Von Spix e Karl Friedrich Philipp Von Martius, Johann Rugendas, Maria Graham, John Luccock, Carlos Taunay e Ernest Ebel, que contribuíram para que entendêssemos e produzíssemos imagens e narrativas sobre o imigrante chinês na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX. É bem verdade que o olhar que o viajante coloca nas diferentes paisagens brasileiras é dotado de aspectos oriundos do seu próprio modo de enxergar e experimentar a vida nos trópicos, espelhado em suas vivências europeias. Associadas a essas visões, os periódicos brasileiros perpetuaram visões que transitam entre um estereótipo pejorativo e a polêmica do emprego de sua mão de obra na lavoura. A *Revista Ilustrada* (1876-1889), por exemplo, contribuiu na disseminação de caricaturas e de notícias sobre os chineses e a China. Por sua vez, durante a *Belle Époque tropical* (1898-1914)², Machado de Assis e João do Rio revelaram através de algumas de suas crônicas a presença dos chineses na cidade.

A partir de diferentes olhares, experiências e leituras do cotidiano brasileiro, expostos pelos viajantes e periódicos, buscaremos examinar a narrativa criada sobre os imigrantes chineses que aqui estiveram entre os séculos XIX e início do XX. Ao mobilizar os relatos e trabalhos de personalidades em diferentes contextos históricos, bem como ilustrações e reportagens sobre o tema, será possível recuperarmos parte dessas visões e compreender como esses imigrantes chineses foram vistos pela sociedade.

A construção de visões sobre os chineses nas primeiras décadas do século XIX

Com o intuito de suprir o mercado europeu, especialmente da Inglaterra, a maior consumidora, D. João, príncipe regente, promoveu a imigração de cerca de trezentos chineses³ para o cultivo do chá no Jardim Botânico e na Fazenda Imperial de Santa Cruz, localizada na atual Zona Oeste da cidade. É bem verdade que as relações luso-chinesas remontam ao século XVI, quando aportou na China a expedição de Rafael Perestrello em 1516. A expansão ultramarina portuguesa transformou Portugal em um “império marítimo”, cujas rotas comerciais atravessavam os litorais dos continentes africano, asiático e americano. Naquela época, não estava no horizonte a utilização de mão de obra chinesa para colonizar a América

² Esse tempo histórico é utilizado por Needell (1993).

³ Sobre a imigração chinesa no período joanino (1907-1821), ler: Mac Cord (2018, p. 151-185).

Portuguesa, e, assim, Macau se converteu num porto indispensável para a navegação portuguesa em direção à Índia.

Ainda no contexto das grandes nações europeias, não poderíamos deixar de destacar a intervenção inglesa do século XVIII e sua relação com os chineses. Oficialmente, a primeira missão diplomática foi enviada em 1793, e foi liderada por Lord Macartney, com intuito de estabelecer embaixadas recíprocas em Pequim e em Londres, bem como expandir o acesso aos portos ao longo da costa chinesa. Vale a pena recordar que, desde o século XVIII, os ingleses buscavam extinguir o bloqueio comercial chinês aos seus produtos. Sem alcançar o sucesso esperado com o imperador Qianlong (1739-1795), “a guerra se desenhava como a solução para o comércio inglês” (CARVALHO, 2011). Segundo o diplomata estadunidense Henry Kissinger, “O imperador, claramente não familiarizado com a capacidade dos líderes ocidentais para violência ávida, estava brincando com fogo, embora não fizesse ideia” (KISSINGER, 2011, p. 818).

A partir desse momento se idealiza uma imagem do Império Celestial como uma sociedade estática em sono profundo, tão bem apontado no estudo do historiador francês Alain Peyrefitte (1997) quando faz referência ao estranhamento resultante do “choque de mundos” entre o Ocidente e o Oriente. Para os chineses, os ingleses constituíam mais um grupo de bárbaros a invadir o seu extenso território. Não por acaso, Peyrefitte afirmara que se a “China continuasse fechada, as portas teriam de ser derrubadas”. E, assim, forçada a encerrar o bloqueio comercial, a China se tornou alvo da cobiça de países estrangeiros, sendo forçada, posteriormente, a formalizar uma série de tratados, muitas vezes desiguais, com ingleses, franceses, russos, alemães, italianos e espanhóis (HOBSBAWN, 1992, p. 389-390).

De todo modo, os chineses trazidos de Macau seriam responsáveis pelo plantio, colheita, seleção e preparo de folhas. No início do século XIX, os chineses eram considerados excelentes agricultores, além disso não havia se concretizado uma política imigratória até então que atraísse imigrantes europeus, como bem apontou Marcelo da Silva Araújo:

No início daquele século, a violência contra a escravidão, a falta de uma política de terras eficaz, a ausência de leis que garantissem o livre exercício religioso (principalmente para os imigrantes de países protestantes) e a propaganda negativa sobre os maus tratos a colonos europeus no Brasil tornavam difícil o estabelecimento de um fluxo imigratório consistente proveniente de países europeus (ARAÚJO, 2022, p. 37).

Desse modo, o projeto de Dom João (VI) teve o apoio, planejamento e realização do empreendedor e criativo Conde de Linhares, Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho, que trouxe de Macau os primeiros chineses. Não é demais destacar que outra medida tomada pelo governo joanino foi a criação de um jardim voltado para aclimação de plantas exóticas vindas do Oriente, especialmente mudas de madeiras necessárias para a construção naval

e outras para a melhoria da qualidade das pastagens. Além disso, o Real Horto era um dos lugares prediletos de D. João, que costumava passar por lá dias inteiros.

Logo após o decreto da Abertura dos Portos em 1808, aportou no Rio de Janeiro, três anos depois da Família Real, o comerciante inglês John Luccock, atraído pelas facilidades de se abrir firmas comerciais inglesas e tantos outros empreendimentos no território brasileiro. Essas facilidades se deram a partir dos tratados econômicos firmados com a Inglaterra, fazendo com que os produtos ingleses se destacassem frente aos produtos brasileiros e de outros países. Luccock presenciou o impacto da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, que desde o Período Pombalino já era a capital da colônia. Ali, o espaço urbano foi se adaptando para comportar não apenas a família real, mas grande parte do aparato administrativo português, personalidades e funcionários régios. Ainda no contexto joanino, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, o Teatro Nacional e a imprensa real foram criados. Artistas como Jean-Baptiste Debret e a chamada Missão Francesa também desfrutaram toda essa paisagem a partir de 1816.

Em 1820, Luccock, de volta à sua terra pátria, publica o livro *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, resultado de suas viagens pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo entre 1808 e 1818. A obra é um importante registro sobre a história do Brasil, especialmente do período joanino, com descrições dos hábitos, costumes e muitas informações sobre a natureza brasileira. O autor pretendia oferecer “ao leitor a opinião imparcial sobre os usos e costumes do povo, sobre os acontecimentos políticos, sobre toda a paisagem social de um país imenso e desconhecido” (LUCCOCK, 1942, p. 82). Nada passou incógnito ao olhar do europeu, como a beleza da região, o comércio, bem como a movimentação e a variedade dos indivíduos que circulavam pelas ruas foram detalhadamente descritas. O Rio de Janeiro era “uma cidade grande, barulhenta e populosa, altamente bela a distância, em que se encontram pessoas de todas as cores e de todos os cantos do mundo” (LUCCOCK, 1942, p. 24). Apesar do pouco sucesso do seu empreendimento comercial no Rio de Janeiro, o comerciante não esmoreceu, permaneceu entre idas e vindas da Inglaterra.

Em um capítulo especial, intitulado “Viagens pelo ocidente do Rio de Janeiro”, sintetizou as excursões realizadas em terras cariocas, revelou dados interessantes sobre a cidade de outrora, uma narrativa marcada por um olhar criterioso. Sobre a residência do soberano na Quinta da Boa Vista, por exemplo, descreveu o prédio como “acanhado e pretensioso, mal construído e pessimamente mobiliado” (LUCCOCK, 1942, p. 176). Em um desses passeios às localidades distantes do Centro, descreveu a Lagoa Rodrigo de Freitas como “um cenário do mais delicado gosto”.

Constatou que o Jardim Botânico era marcado por uma variedade de plantas tropicais como os “pés de chá”. Em relação à plantação de chá, Luccock ponderou que “o padrão dos salários é alto demais para que permita a produção do chá a preço moderado, e os chineses,

embora diligentes, são demasiados meticulosos e lentos em seus modos de lavar”. Aliás, conversou com um imigrante natural da província de Nanquim. Embora reconhecidos por sua competência, é evidente o seu desprezo decorrente de uma perspectiva eurocêntrica em relação a esses indivíduos, especialmente ao rotulá-los como “extremamente ignorantes”, como se observa na passagem a seguir:

Estive a conversar com diversos, deles, particularmente com seu chefe, natural de Nanquim. Eram ignorantes ao extremo, dando-me, porém, favorável impressão de seus princípios e intenções. Demonstravam alguns deles uma rapidez de compreensão tal como jamais vira em gente de outra raça qualquer. Tais como os gregos modernos, a inteligência deles se desviou e o caráter se envileceu por obra do domínio dos bárbaros (LUCCOCK, 1942, p. 190).

Além do incremento comercial entre o Brasil e outras nações ao longo do século XIX, a antiga colônia portuguesa atraiu cientistas e artistas interessados em explorar a fauna e a flora brasileira, revelando detalhes fascinantes do território inóspito e ainda desconhecido para o Velho Mundo. Um território considerado exótico, excêntrico, primitivo, selvagem, mas que passará a ser observado a partir de um olhar científico. Muitos viajantes cruzaram o Oceano Atlântico, a exemplo dos naturalistas alemães Spix e Martius, que deixaram um legado valioso sobre a natureza e a etnografia. É válido lembrar que sua viagem ao Brasil não foi aleatória.

Por ocasião do casamento do futuro D. Pedro I com a arquiduquesa austríaca Leopoldina, organizou-se uma missão científica e artística composta por (sábios) zoólogos, como Johann Baptiste Von Spix e Johann Natterer; os botânicos Karl Friedrich Philipp von Martius, Johann Sebastian Mikan e Johann Emanuel Pohl, além do pintor Thomas Ender.

Os dois naturalistas Spix e Martius excursionaram do Rio de Janeiro à Região Amazônica entre 1817 e 1820, levantando informações sobre a natureza e evidenciando, também, as características de seus habitantes. Não passaram despercebidos a plantação de chá e seus trabalhadores importados, que, no seu entendimento, conheciam perfeitamente as técnicas de plantio, como observamos no trecho seguinte:

Também este exemplo confirma, além de outras tentativas da cultivação de plantas asiáticas na América, que, sobretudo a igualdade da latitude é importante para a prosperidade das mudas. O chá é aqui cultivado, de modo ao da própria China, todo igual, colhido e torrado. O governo português dedicou especial atenção à cultura desse vegetal, cujo produto da China é anualmente exportado para a Inglaterra, no valor de 20 milhões de escudos. O ex-ministro, conde de Linhares, mandou vir umas centenas de colonos chineses, a fim de tornar conhecidas as vantagens do cultivo e do preparo do chá. Esses chineses, diz-se, não eram dos habitantes da costa, que por miséria se exilam da pátria para Java e as ilhas vizinhas, e ali, como os galegos

da Espanha e Portugal, procuram trabalho; eram gente escolhida do interior, perfeitamente a par do cultivo do chá.

O sabor era forte, porém, longe de ser tão finamente aromático como o das melhores qualidades chinesas, era um tanto áspero e terroso. Esta desagradável propriedade não deve, entretanto, desanimar em nenhum ramo da incipiente cultura, pois é natural consequência da aclimação ainda não completada (SPIX; MARTIUS, 2017, v. 1, p. 105-106).

As impressões sobre a região também foram registradas no diário ilustrado da escritora britânica Maria Graham, que esteve no Brasil entre 1821 e 1824. O seu diário é uma fonte sobre o Brasil, pois revela dados sobre a situação política e a vida social da jovem nação, bem como descrições sobre vegetação nativa; além de desenhos e de amostras da flora brasileira enviadas à Inglaterra, algumas sobreviveram e foram incorporadas ao *Royal Botanic Gardens*. Com uma observação muito aguçada, Graham revelou o contexto político brasileiro e a importância da Inglaterra. O livro foi pensado para o público europeu na forma de um diário sobre o Novo Mundo e suas peculiaridades.

Nele, encontramos uma riqueza de informações sobre hábitos alimentares, festas da Corte, escravidão, informações de natureza política e sobre a paisagem geográfica. Assim, a narradora-viajante, no dia 21 de dezembro de 1822, a convite de um certo Sr. Hayne, “um dos comissários da comissão de tráfico e de sua irmã”, que moravam em Botafogo, realizou uma excursão para a região do Jardim Botânico e Lagoa Rodrigo de Freitas.

A escritora revelou que o lugar “foi destinado pelo rei para cultivo de especiarias e frutos orientais e, acima de tudo, para o de chá, que ele mandou vir da China juntamente com algumas famílias acostumadas à sua cultura” (GRAHAM, 1956, p. 179). Em outra passagem do seu diário, em outro passeio realizado no dia 24 de agosto de 1823, Maria Graham destacou que apesar dos investimentos financeiros realizados, o imperador Pedro I decidiu alterar o plantio de chá para exportação pelo café, considerado muito mais rentável.

Em razão do convite para integrar uma expedição científica russa sob a chefia do barão alemão naturalizado russo Georg Heinrich von Langsdorff, o jovem pintor francês Johann Moritz Rugendas veio ao Brasil aos dezenove anos de idade. A expedição percorreu cerca de dezesseis mil quilômetros do território brasileiro entre 1824 e 1829. Porém, a expedição foi adiada, o francês permaneceu no Rio de Janeiro por cerca de dois anos antes de ingressar na missão por ocasião do agitado processo de independência.

Durante essa época, o pintor realizou importantes registros das paisagens, da flora e da fauna, bem como da sociedade brasileira, que culminou na publicação da obra *A viagem pitoresca através do Brasil* em 1835. Uma dessas ilustrações, em especial, é a conhecida representação dos trabalhadores chineses numa plantação de chá. A litografia sintetiza os esforços de D. João VI em implementar o cultivo da espécie vegetal no Jardim Botânico.

Figura 1: Trabalhadores chineses no Jardim Botânico



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. “Plantation chinoise de thé, dans le Jardin Botanique de Rio-Janeiro”. In: *Malerische Reise in Brasilien von Moritz Rugendas*. Paris: Engelmann, 1835. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_149.jpg. Acesso em: 20 set. 2021.

A paisagem exuberante do Rio de Janeiro tropical revela, a partir de um olhar mais acurado, os detalhes daqueles tipos humanos europeus e asiáticos. Os europeus usam cartolas e casacos. Por outro lado, de acordo com Ana Paulina Lee, a “ilustração confunde roupas, acessórios e penteados tradicionais masculinos Qing com os femininos ao codificar trabalhadores masculinos chineses com atributos femininos, como roupas e penteados” (LEE, 2019, p. 171).

Uma das características dos homens chineses ao longo dessa dinastia foi o uso obrigatório de longas tranças e a frente da cabeça raspada; a falta incorria na possibilidade de castigos e prisões. Ainda, segundo Ana Paulina Lee, o penteado retratado por Rugendas se referia à Dinastia Ming (1368-1644). Apesar da aparente falta de sincronia na representação dos tipos humanos, pois apresenta características de chineses de outro período, a litografia apontou para uma possível hierarquização marcada por uma visão etnocêntrica. Nas suas palavras,

O retrato de Rugendas da plantação de chá chinesa mostra uma hierarquização entre a nobreza Qing e o trabalhador chinês, bem como camadas sobrepostas de racialização. A nobreza Qing está entre os europeus, talvez membros da corte imperial brasileira, enquanto os trabalhadores chineses lavram ao lado de escravos africanos. Embora os chineses estejam ao lado de europeus e africanos, seus trajes e penteados os levam a uma era e lugar distantes, que estão fora de

sincronia com o momento em que foi produzida a imagem (LEE, 2019, p. 171).

Em 1828, Ernst Ebel publicou o livro *O Rio de Janeiro e seus arredores*, que consistia na reunião das cartas enviadas a um amigo. Nascido na cidade de Riga, na Letônia, que ficou sob influência alemã durante o século XIX, Ebel se notabilizou como um desses viajantes que descreveram o cotidiano, os hábitos, os costumes e a pujança da nossa riqueza natural. De acordo com o escritor e diplomata Joaquim de Souza Leão Filho, suas observações completam o *Diário* escrito por Maria Graham (LEÃO FILHO *apud* EBEL, 1972, p. XIII).

Numa visita ao Arsenal de Marinha, o viajante comparou a fisionomia dos chineses com os índios tapuias que lá se encontravam trabalhando. Nas suas palavras, “ái também encontrei uns quantos chineses, engajados como operários, os quais, fisicamente parecem-nos aos tapuias até nos olhos, porém têm-nos mais vivos e alongados” (EBEL, 1972, p. 55). De acordo com Victor Hugo Luna Peres, em todos os muitos relatos, “os chineses encontram-se sempre ao lado de outros trabalhadores de origens as mais diversas e, ao que tudo indica, em relativa harmonia. No Brasil, muitos deles trabalharam entre indígenas de diferentes grupos, africanos escravizados e mesmo trabalhadores europeus das mais diversas nacionalidades” (PERES, 2016, p. 97).

Alguns anos mais tarde, em 1839, Carlos Augusto Taunay publicou o *Manual do agricultor brasileiro*, considerado um dos primeiros tratados agrícolas e um retrato do pensamento do Brasil dos Oitocentos, pois expressava a apreensão com a manutenção da ordem escravista e a importância do latifúndio agroexportador para a economia. Nascido na França, Carlos era filho do pintor Nicolas Antoine Taunay, um dos integrantes da Missão Artística Francesa de 1816, e gerenciava a propriedade da família, uma plantação de café na Floresta da Tijuca.

Com a promulgação da lei de 1831, que extinguiu o tráfico de escravos, a preocupação com a mão de obra na lavoura se tornou constante na vida dos fazendeiros. Apesar da Lei, a obra de Taunay dedicou dois capítulos à escravidão negra, contemplando aspectos de ordem moral, religiosa, legal e até a disciplina dos escravizados, e não considerou alternativas ao trabalho escravo. No seu entendimento, a economia não superaria a “libertação dos pretos” nem “a real cassação do tráfico”.

O capítulo XI, intitulado “Culturas que devem ser naturalizadas, reproduzidas e amplificadas”, há uma seção especial sobre o cultivo do chá, espécime vegetal que poderia diversificar a agricultura brasileira, pois considerava pouco investimento em seu plantio. Contudo, Taunay apontou as causas para o fracasso na empreitada no Jardim Botânico e na Fazenda de Santa Cruz. Nas suas palavras “o desleixo, a inveja do partido português e indiferença dos ministérios que sucederão aquele fez o ensaio, paralisarão os bons resultados que já deveria ter dado” (TAUNAY, 1839, p. 60).

Além disso, ele revelou o monopólio do chá pelos chineses, que exportavam uma qua-

lidade inferior do produto ao mercado europeu, “reservando a infinitamente mais esquisita da colheita dos botões tenros e folhinhas para o paladar dos seus Imperadores e Mandarins” (TAUNAY, 1839, p. 60). Sobre os trabalhadores chineses, constatou que muitos não se adaptaram à nova realidade como trabalhadores nas fazendas, muitos se suicidaram ou até mudaram de ofício. Nas suas palavras “poucos dessas chinas sobrevivem, e esses ganham a sua vida a mascatear, e nem o governo nem os particulares têm encetado em grande a cultura do rico arbusto que não merecia semelhante abandono” (TAUNAY, 1839, p. 60).

Em que pese a visão pitoresca dos chineses no Jardim Botânico e o plantio do chá por alguns viajantes estrangeiros, segundo o sinólogo Rogério Dezem, a experiência do plantio de chá foi interrompida por motivos diversos. Os trabalhadores escolhidos não eram agricultores de fato, portanto, não possuíam a experiência necessária. Por sua vez, as condições climáticas e o solo interferiram na qualidade final do produto, tornando-o pouco agradável para o consumo. Por último, a violência física contribuiu para a fuga de muitos chineses do Jardim Botânico, aliás, análise corroborada acima por Carlos Taunay (DEZEM, 2005, p. 49).

A discussão sobre a assimilação da mão de obra chinesa ficou conhecida como “Questão Chinesa”, inserindo-se no debate econômico, político e racial. “Chins”, “coolies”, “amarelos”, como eram apelidados os imigrantes chineses, eram de acordo com interesses antagônicos aceitos ou não como mão de obra. De acordo com Alexander Chung Yuan Yang,

A denominação de coolie aparece como coles nos escritos portugueses quinhentistas. A palavra origina-se do hindu *kuli*. Evoluindo a seguir para *coly* — *kouully* e finalmente ao francês *coolie*. Em inglês passou a ser *coolie*, massa móvel de trabalhadores assalariados, quer indianos, quer chineses, que se irradiaram pelo Ocidente servindo a várias sociedades (YANG, 1977, p. 419).

Argumentava-se que a imigração em massa de chineses poderia acarretar uma servidão disfarçada. Por outro lado, acreditava-se que os chineses poderiam assumir determinados trabalhos que os imigrantes europeus recusariam. Vislumbrando uma crise na lavoura, determinados setores do governo imperial – latifundiários e homens ligados à agricultura de exportação – consideraram que a imigração chinesa não deveria ser rejeitada.

As teorias raciais, racismo científico e a ideologia da eugenia contribuíram para um ideal de civilização brasileira que se almejava alcançar. Condenava-se a miscigenação, enquanto buscava-se o aperfeiçoamento da espécie humana através de uma seleção artificial, ao passo que se acreditava na hierarquização de “raças”. A imigração, sobretudo europeia, era considerada importante para suprir a mão de obra na lavoura, para colonizar territórios inóspitos, mas também cumpriria uma importante função no branqueamento da população brasileira (VAINFAS, 2002, p. 152). O imigrante ideal seria europeu, branco e católico.

Contudo, o imigrante chinês foi eleito como um intermediário entre as “raças” branca e

negra. Desse modo, passou a se considerar o imigrante chinês em caráter de transição ou de emergência, pois era considerado dócil, além de mão de obra barata conhecida em diversos países como Cuba, Estados Unidos e Peru, por exemplo (DEZEM, 2005, p. 61-62). Seja como for, a partir de 1850, “as elites política e econômicas de então adotaram o pressuposto de que havia uma forte correlação entre o ingresso de imigrantes e a transformação social, fosse para ‘civilizar’ a nação, através dos imigrantes europeus, fosse para ‘desafricanizá-lo’ com imigrantes asiáticos” (ARAÚJO, 2022, p. 41).

Algumas visões sobre os “chins” disseminadas pela imprensa em fins dos Oitocentos

O debate sobre a imigração chinesa se acirrou no final do século XIX, em especial, entre 1870 e 1880, e recebeu a alcunha de “Questão Chinesa”. É importante ressaltar que a diáspora chinesa, resultante das Guerras do Ópio (1839-1842; 1856-1860) e da Guerra dos Boxers (1899-1900), contribuiu para o enfraquecimento da China. Esses conflitos, marcados por instabilidade e temor, impulsionaram uma migração chinesa, motivada pela busca de segurança e pelo receio das consequências dessas guerras. Além disso, fatores como a crescente fome e a pobreza, ao lado da intensificação da disputa colonial europeia na região, desempenharam uma papel também significativo (COSTA, 2020, 21).

No Brasil, alguns anos depois da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, foi realizado o Congresso Agrícola no Rio de Janeiro, em 1878, que contou com a participação de agricultores do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Neste evento, os fazendeiros já apontavam as dificuldades de obtenção de crédito agrícola e a carência de mão de obra. Reconhecia-se que a escravidão negra estava condenada a desaparecer, apesar de continuar como o sustentáculo da economia. Desconsiderava-se a possibilidade da substituição pelo trabalhador livre nacional e havia ainda certa incredulidade pela imigração europeia.

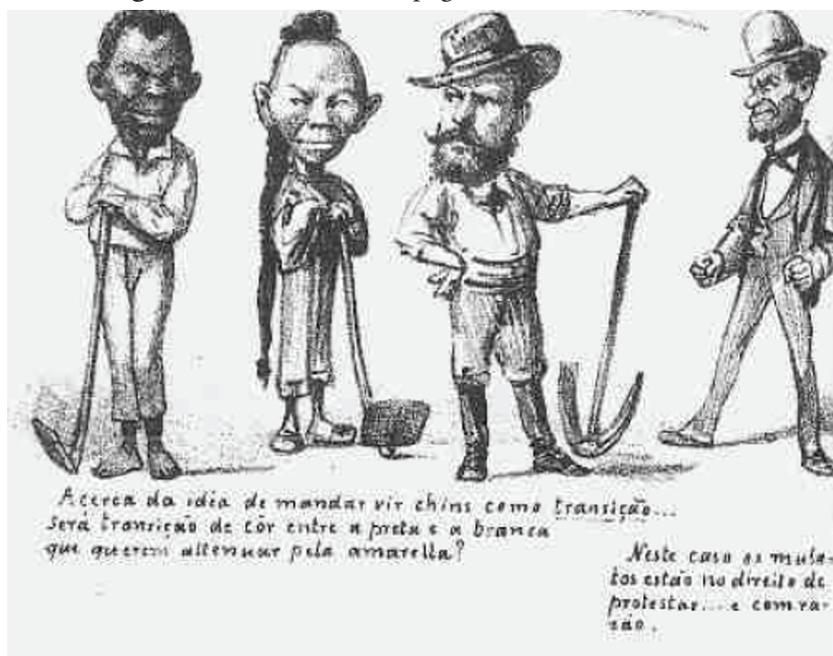
Pensando em resolver tal impasse, e com o apoio da elite fazendeira do período, o governo brasileiro optou pela imigração de chineses “como forma de abastecer o insaciável mercado de mão de obra” (ANTONIO RÉ, 2018, p. 818). A polêmica perdurou durante o evento, segundo José Murilo de Carvalho “como transição, muitos pediam a importação de chins ou coolies, que uns aconselhavam por trabalhadores e subservientes e outros rejeitavam por viciados e imorais” (CARVALHO, 1996, p. 291). Durante o Congresso, foi acordado o envio de uma expedição com caráter diplomático à China, com o intuito de estabelecer caminhos para a imigração de chineses para o Império brasileiro.⁴ Na ocasião, foram firmados acordos comerciais e de imigração com o Império chinês. Buscando sanar a

⁴ A BFASS: *British and Foreign Anti-Slavery Society* (Sociedade Antiescravista Britânica e Estrangeira) foi uma das principais instituições a combater a imigração de chineses para o Brasil. Compreender suas intervenções é fundamental para se entender o processo de importação de chineses. Para mais informações, ler: Antônio Ré (2018, p. 817-848).

questão populacional e econômica, funcionários e intelectuais da Dinastia Qing cogitaram a possibilidade de enviar famílias chinesas, bem como vislumbraram a possibilidade de criar a utopia de uma “Nova China” no Brasil, “uma nação hibridizada, formada pela mestiçagem entre chineses e brasileiros” (BUENO, 2022, p. 124).

Contudo, os debates sobre a mão de obra chinesa extrapolavam a Câmara e o Senado, e a controvérsia se estendeu para outros espaços como a *Revista Illustrada* (1876-1897), que publicou uma série de caricaturas e reproduziu passagens sobre o evento. Criada pelo imigrante italiano Angelo Agostini, responsável pela maioria das ilustrações, o periódico possuía como colaboradores renomados escritores como Machado de Assis e Arthur de Azevedo, o que garantia uma boa reputação, atraindo muitos leitores.

Figura 2: Os chineses nas páginas das *Revista Illustrada*



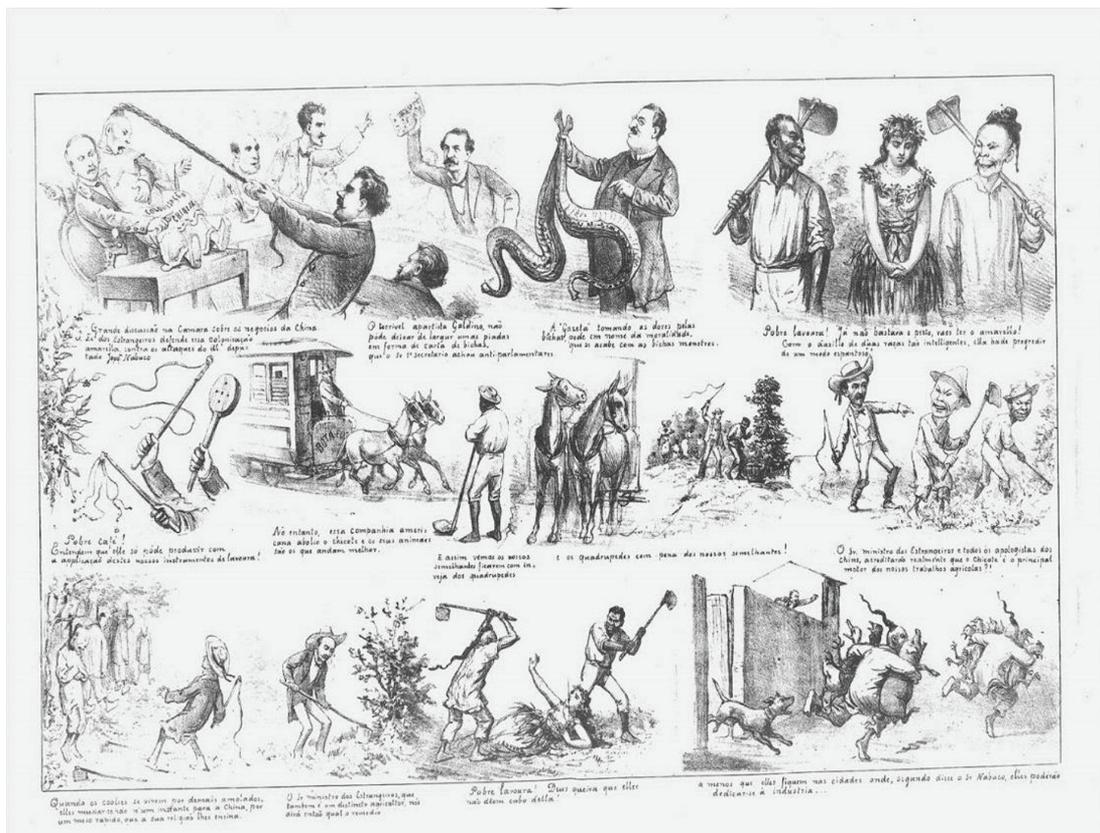
Fonte: REVISTA Illustrada, Rio de Janeiro, ano 3, n. 120, 1878, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747/850>. Acesso em: 30 ago. 2021.

Na Figura 2, quatro indivíduos estão disponibilizados lado a lado: um escravo negro, um trabalhador chinês e um agricultor branco. A legenda que (a) acompanha as caricaturas comenta que: “Acerca da ideia de mandar vir chins como transição... Será transição de cor entre a preta e a branca que querem attenuar pela amarella? Neste caso, os mulattos estão no direito de protestar... e com razão”. Assim, se compreende o imigrante chinês como um elemento intermediário entre negros e brancos, e uma ameaça ao trabalhador “mulato” que perderia o seu lugar.

Caricaturas de trabalhadores chineses e de funcionários da Dinastia Qing, ao lado das

ilustrações de indígenas e de escravos aparecem em diversas edições. Consolidava-se uma imagem do trabalhador chinês que teve a sua figura associada “às suas tranças”, adjetivado como “preguiçoso”, “viciado em ópio”, “ladrão de galinhas” ou “racialmente inferior”, entre outras expressões.

Figura 3: Percepções sobre violência da escravidão nas páginas da *Revista Ilustrada*



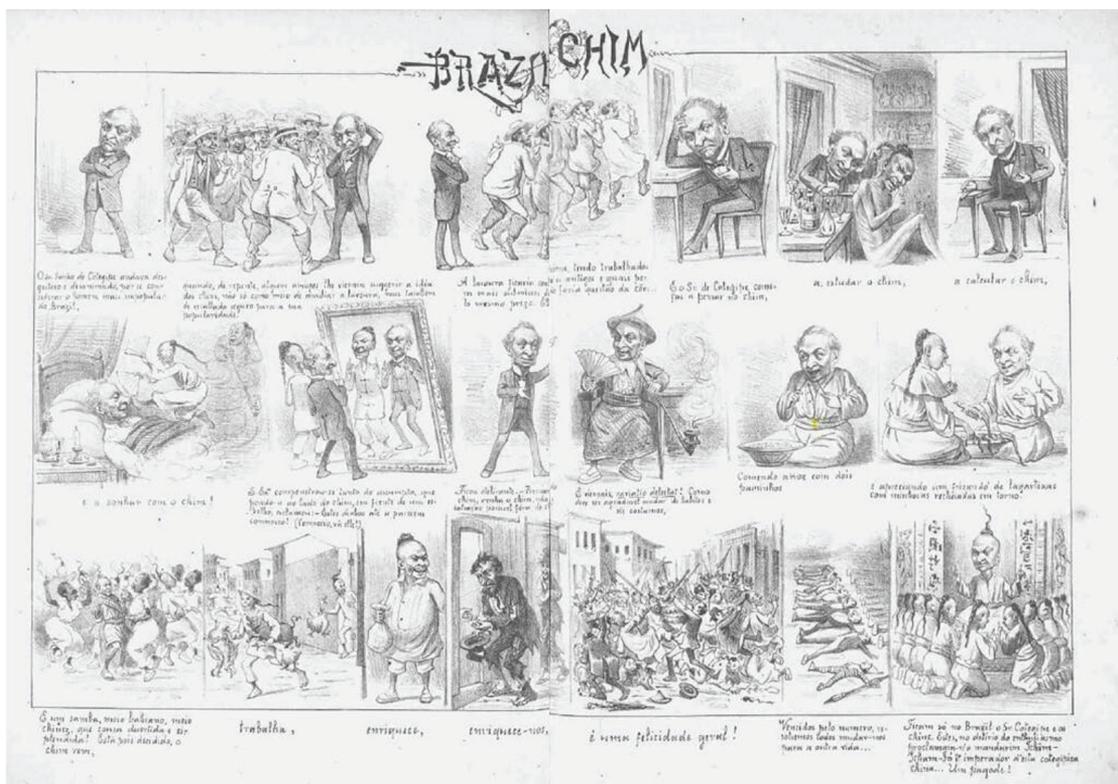
Fonte: REVISTA Ilustrada, Rio de Janeiro, ano 4, n. 175, 1879, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747/1239>. Acesso em: 27 maio 2021.

O conjunto de treze ilustrações que compõe a Figura 3 demonstra satiricamente o funcionamento da estrutura agrária pautada na violência representada ali pelo chicote, o símbolo de poder do senhor sobre os escravos, aliás, uma caricatura que se repete em outras ocasiões. A figura feminina retratada corresponde à agricultura, a legenda ressalta que com “auxílio das duas raças tão inteligentes” haveria de progredir. Uma outra charge revela a forma pela qual os trabalhadores chineses seriam tratados na lavoura. Nela foi retratado um indivíduo com um chicote perante duas figuras, um trabalhador chinês e um escravo.

Na legenda, lê-se “o sr. Ministro dos Estrangeiros e todos os apologistas dos Chins, acreditarão realmente que o chicote é o principal motor dos nossos trabalhos agrícolas?”. A violência era uma forma de dominação adotada pelo sistema escravista, era aceita como algo natural pela

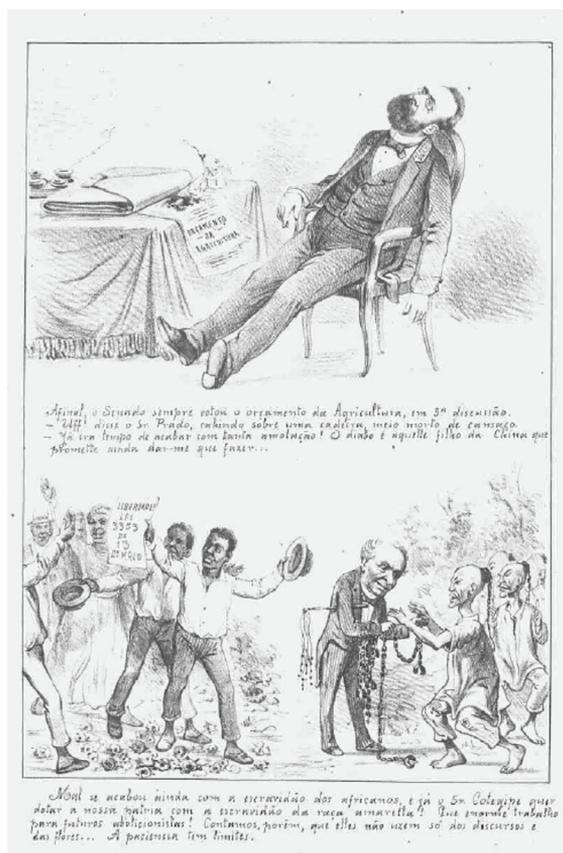
remotas e praticamente desabitadas, como Mato Grosso ou Alto Amazonas, conforme sugerido na legenda. Essa preferência visava evitar a possibilidade de intercâmbio racial e cultural, algo rejeitado pela sociedade oitocentista que aspirava a ser predominantemente branca e considerada civilizada. Consta-se uma última sequência perturbadora, como observou Ana Paulina Lee, que retrata os indígenas de forma estereotipada como canibais, pois estariam consumindo partes de um corpo, supostamente de indivíduos chineses, que estariam no interior do território nacional (LEE, 2019).

Figura 5: A sátira sobre a miscigenação na *Revista Illustrada*



Fonte: REVISTA Illustrada, Rio de Janeiro, ano 13, n. 523, 1888, p. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747/3761>. Acesso em: 27 maio 2021.

Figura 6: A ironia sobre a liberdade e a escravidão na visão da *Revista Illustrada*



Fonte: REVISTA Illustrada, Rio de Janeiro, ano 13, n. 522, 1888, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747/3757>. Acesso em: 29 maio 2021.

O conjunto de caricaturas das Figuras 5 e 6 foi publicado em 1888, nas edições dos dias 10 e 17 de novembro, poucos meses depois da abolição da escravidão. A Figura 5 é uma galeria de 19 caricaturas que abordam a degeneração do país em decorrência da miscigenação do imigrante chinês com a população afro-brasileira. Uma figura ironizada na galeria é o Barão de Cotegepe, José Maurício Wanderley, presidente do Conselho de Ministros entre 1885 e 1888, período crítico de recrudescimento do movimento abolicionista, que aliás a *Revista Illustrada* apoiava (VASCONCELO, 2018).

Considerado um dos políticos conservadores do Segundo Reinado mais proeminentes, Cotegepe promoveu a lei que libertava os escravos sexagenários e defendia uma reforma abolicionista conservadora. Portanto, recusou apoiar a abolição irrestrita sem a indenização dos proprietários de terras, o que levou à sua retirada do gabinete poucos meses antes da aprovação da lei que extinguiu a escravatura.

A legenda da primeira caricatura (Figura 5) anunciou que o Barão se encontrava “desgostoso e desanimado, por se considerar o homem mais impopular do Brasil”. Na sequência,

alguns homens sugeriram que ele apoiasse a introdução de “chins” na lavoura como uma forma de aumentar a sua popularidade. Desse modo, o imigrante chinês ao que parece se tornou a sua obsessão, ao ponto de sonhar e delirar com os “chins”. Pouco a pouco, a caricatura o transformou em um chinês. Na representação, ele passou a se vestir e a comer “arroz com dois pausinhos”.

Em seguida, outra charge mostra a dança entre o Barão já transformado num chinês e algumas mulheres baianas, um ritmo moralmente rejeitado pelas elites. A legenda, ironicamente, informa que “Em um samba, meio bahiano, meio chinês, que coisa divertida e esplêndida! Está pois decidido, o chim vem”. Em seguida, um cenário violento com representações de confusão, de brigas e de mortes. Por último, a legenda sintetiza o pensamento de que não existiria mais brasileiros no território, pois “ficam só no Brasil, o Sr. Cotegipe e os chins. Estes, no delírio do entusiasmo proclamam-no mandarim Tchim-Tcham-Fó, 1º. Imperador desta cotegipica China... Um pagode!”.

Por sua vez, a Figura 6 apresenta o ministro da agricultura Antônio da Silva Prado caído sobre a cadeira, exausto com os debates sobre o orçamento da agricultura. Da folha emerge a figura de um chinês descrito na descrição da legenda: “Já era tempo de acabar com tanta amolação. O diabo é aquele filho da China que promete ainda dar-me que fazer...”. Abaixo é possível observar as comemorações pela Lei 13 de Maio, de um lado, e, do outro, o Barão de Cotegipe algema os pulsos dos chineses recém-escravizados. Na legenda, lê-se: “Mal se acabou ainda com a escravidão dos africanos e já o Sr. Cotegipe quer dotar a nossa pátria com a escravidão da raça amarela! Que enorme trabalho para futuros abolicionistas! Contamos, porém, que eles não usem só dos discursos e das flores... A paciência tem limites”. Aliás, as flores citadas na legenda são as camélias, o símbolo da luta contra a escravidão, tão bem analisado pelo historiador Eduardo Silva (2003).

Além de caricaturas e charges, outros contribuíram para o imaginário do chinês no Rio de Janeiro. Uma dessas figuras notáveis foi Machado de Assis, que colaborou na seção “Balas da Tarde” do periódico *Gazeta de Notícias* entre 1883 e 1886. Vivendo durante o segundo reinado, o autor observou mudanças importantes que influenciaram a sua escrita e percepção de mundo. No âmbito social, desde o ano de 1850, a Lei Eusébio de Queiroz havia proibido legalmente o tráfico de escravizados para o Brasil. O Império enfrentava a instabilidade econômica gerada a partir do declínio da cana-de-açúcar – o que, na verdade, era amenizado a partir da exportação do café. No cenário político, além de presenciar a crise da escravidão, o autor testemunhou a abolição da escravatura em 1888, um dos mais importantes e significativos marcos históricos do Brasil. Assinando com o pseudônimo de “Lélio”, Machado comentava os acontecimentos do cotidiano ocorridos durante a semana como espetáculos, comportamentos dos passageiros nos bondes e outros temas polêmicos, como os elevados custos da monarquia e a substituição do trabalho escravo pelo imigrante europeu ou chinês. A sua versatilidade pode ser constatada através de crônicas escritas por

ocasião da vinda do diretor chinês Tong-King-Sing da Companhia Chinesa de Navegação Mercante, que chegou ao Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1883 (ASSIS, 1994).

No mesmo dia, o mandarim foi recebido na mansão do conde russo Maurício Haritoff e de sua esposa Ana Clara Breves de Moraes Costa, apelidada de Nicota, filha do fazendeiro Silvino José da Costa e sobrinha do comendador Joaquim José de Sousa Breves, considerado “o rei do café”. O casal era conhecido por realizar memoráveis recepções em seu palacete localizado em Laranjeiras. O enviado especial veio ao Brasil fortalecer relações comerciais entre agricultores e autoridades, com intuito de criar uma linha marítima entre ambos os países e de promover a imigração chinesa, algo que foi criticado por aqueles que defendiam a imigração europeia, sobretudo alemã (GUIMARÃES, 2013, p. 174).

Circulou acompanhado de seu secretário negro e norte-americano, G. A. Butley, que andava livremente e coberto de joias pelos mais diferentes ambientes. O rico negociante Tong-King-Sing e Mr. Butley marcaram presença numa das audiências públicas de D. Pedro II no Paço de São Cristóvão. Fluente em inglês e francês, apesar de se vestir com as vestimentas tradicionais, portando os tradicionais bigode e trança, conhecia a cultura e os hábitos ocidentais, e causou certo rebuliço para a sociedade. Sendo pressionado pela BFASS e *Foreign Office*, Tong-King-Sing não deu prosseguimento ao negócio com o Brasil, haja vista que os imigrantes chineses, segundo o relatório elaborado pelas instituições britânicas, corriam o grande risco de serem submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão. Diante de tal situação e da ameaça de um possível atrito com os ingleses, o empresário não viu uma alternativa, senão declinar (ANTÔNIO RÉ, 2018, p. 842-843).

A primeira crônica bem-humorada foi publicada em 16 de outubro de 1883 e corresponde a uma transcrição de uma suposta carta do representante chinês sobre as suas impressões sobre o país. De fato, se trata de um jogo de palavras entre o português e de expressões que poderiam ser associadas ao mandarim. Por outro lado, para alguns estudiosos a sonoridade remete a algumas palavras de origem africana ou indígena, como “calunga” e “denguê”, que possuem origem africana, especialmente, da língua quimbundo falado em Angola, palavras como *ka’lunga* (“mar”) e *ndenge* (“criança”, “recém-nascido”, “choradeira”, “manha”) (PEREIRA, 2009, p. 40). Desse modo, pode-se concluir que a reprodução de tais expressões, por Machado de Assis, evidenciaria uma associação entre a mão de obra do trabalhador chinês e do escravo africano, uma repetição das relações de trabalho do sistema escravista com os imigrantes chineses. De todo modo, Machado ironizou que não traduziu a suposta carta para lhe não tirar o valor e revelou que o tal correspondente havia inserido expressões da língua portuguesa para demonstrar que possuía alguma familiaridade com o idioma.

Por sua vez, a segunda crônica foi publicada na semana seguinte, e forjava uma carta de um tal de Conde Granville, secretário de estado de negócios estrangeiros, ao suposto vice-rei da Índia, e publicada na *Gazeta de Londres*. O ofício relatava que um certo Sir John Sterling decidiu retornar à Europa, depois de uma revolta de trabalhadores chineses.

Jocosamente, o ofício ironizava o imigrante chinês, fazendo alusão ao termo *chim* e sua aproximação com “chimpanzé”. Machado demonstrou como uma tradução poderia ser um elemento de manipulação da realidade para muitos indivíduos como os chineses. A partir do suposto informe do “vice-rei da Índia ao Conde Granville”, o autor destacou a utilização dessa dificuldade de comunicação como estratégia de manipulação não só dos imigrantes, mas daqueles que sabiam de suas opiniões por meio da tradução, que poderia ser “pérfida”, escamoteando a realidade, como se observa a seguir:

Não tendo os chimpanzés nenhuma espécie de sociedade, nem instituições, não há em parte algumas embaixadas nem consulados; o que quer dizer que não há nenhuma espécie de reclamação diplomática, e pode V. Exa. calcular o sossego que este fato traz ao trabalho e aos trabalhadores. Está provado que toda a rebelião do chim comum provém da imagem, que eles têm presente, de um governo nacional, um imperador e inúmeros mandarins. Por outro lado, a imprensa não poderá tomar as dores por ele, para não confessar uma solidariedade da espécie, que ainda repugna a alguns (ASSIS, 1994, p. 9).

Além de ser objeto da pena de Machado de Assis, o enviado do Celeste Império Tong-Sing-King foi assunto da seção “Chrônicas fluminenses” da *Revista Illustrada*, que ironizava o seu passeio pelas fazendas e pela cidade, pois “uns imaginando já toda a sociedade brasileira transformada sob a influência do chim, nos usos e costumes”.⁵ Mais adiante, advertia que era “o lugar do negro que o chim vem preencher (...) prevenido, como já veio pela *anti-slavery* tudo lhe parecerá ainda mais negro. (...) E não admira que seja ele o próprio mandarim que não queira a emigração de seus compatriotas para o Brasil”.⁶ Inspirados nos acontecimentos que envolveram o ilustre chinês no Rio de Janeiro, Arthur Azevedo e Moreira Sampaio escreveram a peça *O mandarim* em 1884.

Uma outra figura que nos convida a pensar a trajetória de chineses na cosmopolita “Paris tropical”, o Rio de Janeiro: é o cronista e escritor João do Rio, pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, cuja epígrafe inaugura este artigo. O Rio de Janeiro do início do século XX era um “caleidoscópio”, era a “praia com a vaza que o oceano” lhe trazia. Tinha de tudo, nas suas palavras, “vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas rumaicos, professores russos na miséria, anarquistas espanhóis, ciganos debochados”. Mas esse mesmo Rio de Janeiro, que foi palco da passagem do Império para a República, também sentia a instabilidade política e o domínio dos militares que, finalmente, estavam à frente do poder executivo, primeiramente com Deodoro da Fonseca e depois com Floriano Peixoto. Assim, o decreto 528 de 28 de junho de 1890 autorizava a entrada de imigrantes,

⁵ CHRÔNICAS fluminenses. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 358, 1883, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1883_00358.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

⁶ *Idem*.

com exceção para os provenientes da Ásia e da África. Situação que seria alterada com a Lei n. 97 de 1892, que permitia o ingresso de chineses e de japoneses no Brasil.

A primeira constituição republicana foi promulgada em 1891, e logo se formaram as disputas e divergências sobre qual caminho seguir e como o Brasil seria organizado. Províncias como São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul despontam como formadoras de políticos que dominariam o cenário, a elite oligárquica se fortalecia a partir da própria estrutura do Estado e disputavam palmo a palmo pela possível autonomia que viria junto ao novo modelo governamental. Todo esse cenário em efervescência está presente no horizonte de João do Rio.

Publicada em 1908, a obra *A alma encantadora das ruas*, de João do Rio, reúne as crônicas originalmente publicadas no jornal *Gazeta de Notícias* e no periódico *Kosmos*, entre 1904 e 1907, durante um período de grandes transformações na cidade por ocasião da administração do prefeito Pereira Passos. Uma cidade multifacetada se apresentava ao cronista que revelou os diferentes tipos urbanos, personagens excluídos e estigmatizados da *Belle Époque* carioca. Como salientou o historiador Antonio Edmilson Martins Rodrigues, “a cidade transformou-se, pelo progresso, numa grande babel e registrou, nos acampamentos da miséria, uma modernização que envolvia, não prazer, mas dor e choro” (RODRIGUES, 2000, p. 93).

A crônica “Visões d’ópio” foi originalmente publicada em 7 de janeiro de 1905 na *Gazeta de Notícias* e abordou o consumo de drogas pelos “chins”, um termo pejorativo para descrever os imigrantes chineses. Depois de encontrar um corpo de um jovem viciado em éter, uma droga conhecida como “vício da aristocracia”, João do Rio entrou em contato com os adictos do “desespero do ópio”.

Os chineses são assim descritos como “o resto da famosa imigração, vendem peixe na praia e vivem entre a Rua da Misericórdia e a Rua D. Manuel, no conhecido “Beco dos Ferreiros” nas proximidades do Morro do Castelo, lugar que era apelidado de “bairro chinês da cidade” (ARAÚJO, 2022, p. 44). Às cinco da tarde deixam o trabalho e metem-se em casa para as tremendas *fumeries*”. Decidido a conhecer os chineses que habitam as ruas da cidade velha, o cronista segue com um amigo até o Beco dos Ferreiros, onde constatou a “visão oriental das lóbregas bodegas de Xangai” e os seus diferentes tipos humanos “chins magros, chins gordos, de cabelo branco, de caras despeladas, chins trigueiros, com a pele cor de manga, chins cor de oca, chins com amarelidão da cera dos círios”. Mais adiante, nauseado, o escritor descreve uma “atmosfera pesada, oleosa, quase sufoca” (RIO, 1995, p. 61) e o exotismo reinante.

A cena é de um lúgubre exotismo. Os chins estão inteiramente nus, as lâmpadas estrelam a escuridão de olhos sangrentos, das paredes pendem pedaços de ganga rubra com sentenças filosóficas rabiscadas a nanquim. O chão está atravancado de bancos e roupas, e os chins mergulham a plenos estros na estufa dos delírios (RIO, 1995, p. 63).

Considerações finais

As diferentes visões se perpetuaram sobre os chineses ao longo dos Oitocentos, como exóticos, malandros, viciados em ópio, bárbaros, até preguiçosos ou trabalhadores. Na esteira das reflexões pós-coloniais assinaladas por Edward Said na obra *Orientalismo*, podemos inferir que seu argumento gira em torno da concepção do orientalismo como um “sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma tela aceitável para filtrar o Oriente para a consciência ocidental”, a partir de um pensamento binário de oposição Ocidente *versus* Oriente. Segundo Said, “a relação entre Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa” (SAID, 2007, p. 52), que produz hierarquização de forças. Portanto, nessa lógica, “o oriental é irracional, depravado, infantil, ‘diferente’; o europeu é racional, virtuoso, maduro, ‘normal’” (SAID, 2007, p. 73).

Podemos ainda constatar que se configuraram discursos que corroboram para perpetuar o imaginário pejorativo sobre o indivíduo chinês ou de ascendência chinesa. A China sempre foi representada como o “outro”, mas, o estranhamento ocidental em relação à sua cultura milenar e em suas crenças não se diluiu. Apesar disso, um dado interessante é que, em paralelo ao crescimento econômico, se difundem filmes, documentários e livros chineses oferecendo maior visibilidade, garantindo o seu lugar de fala e a sua voz perante o mundo.

De todo modo, a imigração chinesa para o Brasil foi baixa ao longo do século XIX. Ao contrário de imigrantes de outras nacionalidades, não se incentivava a vinda de famílias. Segundo José Roberto Teixeira Leite, cerca de três mil imigrantes aportaram no território brasileiro, o que pode ser considerado insignificante (LEITE, 1999, p. 243-247). Mas, para os chineses, o Brasil também era uma terra desconhecida, incógnita e selvagem. Vendia-se uma imagem de uma jovem nação de território continental e pronta para receber a população chinesa, que envolvia ainda o sonho de construir uma nova China no Brasil (LEE, 2019, p. 165).

As representações sobre os chineses na *Revista Ilustrada* evidenciam a manutenção do sistema escravista. Há de se destacar que não foi um caso isolado no Brasil. Segundo Alexander Chung Yang Yang, a violência era algo intrínseco no comércio lucrativo dos “colies”, que se originava desde a partida no porto de Hong Kong. Nas suas palavras, “não havia diferença entre os coolie comprados e os escravos, ambos eram marcados a ferro, chicoteados e insultados. Em suma, eram tratados como animais, trabalhavam dia e noite” (YANG, 1977, p. 425). Nos Oitocentos, o discurso racial se associava a determinados projetos de nação (SCHWARCZ, 1993, p. 176). No Brasil, se pretendia alcançar o ideal de civilização e de progresso cujo paradigma era o europeu, branco, católico e civilizado, como se observou até aqui.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao bolsista de Iniciação Científica, Diogo Nunes de Oliveira, aluno do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientado por Andréa Casa Nova Maia, pelas contribuições na revisão do texto.

A autora Andréa Casa Nova Maia agradece ao CPNq pelo seu apoio ao projeto de pesquisa n. 31001017023P8 — “História e imagem em “Eu sei tudo” (Brasil) e “Je sais tout” (França): sobre a circulação de ideias e a cultura visual em duas revistas ilustradas na primeira metade do século XX” — Bolsa de Produtividade.

Referências

ANTÔNIO RÉ, Henrique. Os esforços dos abolicionistas britânicos contra a imigração de chineses para o Brasil no final do século XIX. *Varia Historia*, v. 34, n. 66, p. 817-848, set./dez. 2018.

ARAÚJO, Marcelo da Silva. Imigrantes chineses no Rio de Janeiro: história e imagens sociais. In: BUENO, André; CZEPULA, Camila; PERES, Victor Hugo Luna; PORTO, Ana Carolina Costa (orgs.). *Chineses no Brasil, brasileiros na China: trajetórias em movimento*. Rio de Janeiro: Proj. Orientalismo/Uerj, 2022.

ASSIS, Machado de. Balas de estalo. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. III, 1994. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?start=12>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BUENO, André. A “nova China” no Brasil: um projeto migratório chinês no século 19. In: BUENO, André; CZEPULA, Camila; PERES, Victor Hugo Luna; PORTO, Ana Carolina Costa (orgs.). *Chineses no Brasil, brasileiros na China: trajetórias em movimento*. Rio de Janeiro: Proj. Orientalismo/Uerj, 2022.

CARVALHO, João Silva. Em terra de papagaio, dragão não se cria: uma abordagem psicossocial da relação entre brasileiros e chineses. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Paulo, n. 2, p. 165-182, jul./dez. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

COSTA, Edivan de Azevedo Silva da. A presença asiática no Brasil entre os séculos XIX e XX: ‘A questão chinesa’ e a construção da identidade nacional brasileira. *Enfoques*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 19-32, 2020.

DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”*: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil

(1878-1908). São Paulo: Humanitas, 2005.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Nacional, 1972.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. O efêmero projeto de imigração chinesa. In: BESSONE, Tania Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria P. (orgs.). *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013. p. 163-176.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEÃO FILHO, Joaquim de Sousa. Apresentação. In: EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Nacional, 1972.

LEE, Ana Paulina. A estética da exclusão: imigrantes chineses em culturas visuais brasileiras na virada do século XX. *Afro-Ásia*, n. 60, p. 149-186, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/28716>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais*. São Paulo: Martins, 1942.

MAC CORD, Marcelo. Mão de obra chinesa em terras brasileiras nos tempos joaninos: experiências, estranhamentos, contratos, expectativas e lutas. *Afro-Ásia*, n. 57, p. 151-185, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/26073/16638>. Acesso: 2 dez. 2022.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz. O Império do Cruzeiro do Sul e a Corte Celeste de Tien-Tsin: apontamentos sobre as relações sino-brasileiras no século XIX. *Navigator*, v. 6, p. 66-75, 2010. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/340/319>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEREIRA, Rodrigo Donizete. *Controvérsias sem tédio: as polêmicas em torno da imigração na crônica de Machado de Assis*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PERES, Victor Hugo Luna. Os chins no Brasil e suas histórias. *Leste Vermelho: Revista de Estudos Críticos Asiáticos*, v. 2, n. 1, p. 84-106, abr. 2016. Disponível em: <https://sites.google.com/view/portalleste/in%C3%ADcio/volume-2>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PEYREFITTE, Alain. *O império imóvel*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 1997.

- PIZA, Douglas de Toledo. *Um pouco da mundialização contada a partir da região da rua 25 de Março: migrantes chineses e comércio “informal”*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- POLO, Marco. *O livro das maravilhas*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- PORTO, Denise G. *Maria Graham: uma inglesa na Independência*. Curitiba: CRV, 2020.
- RIO, João do [1908]. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta – olhar de flâneur na belle époque tropical*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F. P. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, v. 1. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518757>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- TAUNAY, Carlos Augusto de. *Manual do agricultor brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e Comp., 1939.
- TREVISAN, Cláudia. *Os chineses*. São Paulo: Contexto, 2012.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VASCONCELO, Mônica. *A campanha abolicionista na Revista Illustrada (1876-1888): Angelo Agostini e a educação do povo*. Curitiba: Appris, 2018.
- WOOD, Frances. *Marco Polo foi à China?* Rio de Janeiro: Record, 1997.
- YANG, Alexander Chung Yang. O comércio dos ‘coolie’ (1819-1920). *Revista de História Brasil*, v. 56, n. 112, p. 419-428, 1977. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62243/65070>. Acesso em: 30 set. 2021.

Recebido: 1º de fevereiro de 2023 — Aprovado: 19 de julho de 2023

Editoras responsáveis:
Hanna Sonkajärvi e Luiza Larangeira